

**Masculinidade criminosa e violência masculina: apontamentos para um estudo sobre identidade de gênero no Instituto Penal de Campo Grande (IPCG)**

Daniel Attianesi de Lima<sup>1</sup>

**Resumo:** O artigo que proponho aqui estrutura-se desde de uma discussão entre os estudos de gênero e a noção clássica de alteridade na antropologia, a partir do conceito de diferença. Em um primeiro momento, problematizo as masculinidades em consonância com noções mais amplas de identidade e movimentos identitários. Depois, atento para a separação entre sexualidade e gênero numa perspectiva pós-estruturalista. Por último, penso na possibilidade de observar a existência de uma masculinidade criminosa entre os detentos do sistema penal brasileiro, mais precisamente no Instituto Penal de Campo Grande-MS (IPCG). Dessa forma, o fio condutor teórico do artigo se encontra nos estudos de gênero e no pós-estruturalismo, que propiciam a construção de explicações sobre o gênero não restritas aos referenciais biológico e psicológico e radicam suas análises no campo cultural, entendendo a cultura como um horizonte de tensões entre representações e significações.

**Palavras-chaves:** Masculinidades; Identidade; Crime; Gênero; Violência; Prisão.

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; Bolsista da Fundação de apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT); danielattianesi@gmail.com.

### **Introdução – Identidade ou “Identidade”?**

Busco nesse artigo me aproximar de minha dissertação de mestrado no programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) incluo nesse artigo os sujeitos presentes no meu campo, isto é, alguns detentos de crimes violentos<sup>2</sup> do Instituto Penal de Campo Grande (IPCG). Nesse artigo se pretende apresentar uma mais visão panorâmica das discussões que aqui se encontraram. Em vias de um maior aprofundamento dos debates aqui presentes, seria aconselhável uma revisão dos textos utilizados na bibliografia, encontrada ao final do texto.

Início o debate pensando a questão das atuais lutas identitárias, que são demandas vindas de grupos possuidores de identidades marcadas, como por exemplo o movimento negro, movimento feminista e movimento LGBT. Atualmente se ouve uma expansão dessas lutas no cenário político brasileiro. Como nos diz Francisco Bosco (2017, p.53), determinados fatores causaram sua sistematização e intensificação, como por exemplo o colapso do lulismo, as revoltas de junho de 2013 e a nova relação entre as lutas identitárias e o novo espaço público das redes sociais digitais. A partir do alargamento dos discursos em torno das pautas identitárias em prol do reconhecimento, é que buscamos problematizar a questão da nomenclatura dos movimentos como “identitários”.

Problematizando o conceito de uma identidade fixa ou naturalizada tanto pelos saberes médicos, psicológicos e biologizantes, assim como por determinados movimentos identitários que buscam fixar a identidade como uma solidez imutável, pensaremos aqui no conceito de identidade a partir de Stuart Hall (2000, p.108), isto é: não essencializar as identidades, devendo pensar nelas, nunca como singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou serem antagônicas entre si. Podemos pensar também nos grupos identitários que buscam utilizar uma identidade como fachada, no sentido de formas que os grupos procuram utilizar ela como conceito estratégico e posicional<sup>3</sup>.

Dessa forma, neste artigo quando pensamos identidades queremos nos afastar um pouco das ideias apresentadas pelos os movimentos identitários que utilizam sua identidade como ferramenta política de mudança e em prol do reconhecimento de seus direitos. Com isso em mente, gostaria de apontar, a partir de Manuela Carneiro da Cunha (2009, p.311), a

---

<sup>2</sup> Aqui entendidos como os detentos do crime de Homicídio, número 121 no Código Penal Brasileiro.

<sup>3</sup> Para mais aprofundamento na utilização do conceito de identidade como política nas questões de diferenças ver Brah (2006)

separação criada entre as categorias analíticas<sup>4</sup> “cultura” e cultura. A cultura enquanto algo criado pelas sociedades em si e a “cultura” sendo utilizada como um projeto político sobre o conhecimento tradicional,

[...] Decorre daí que dois argumentos podem ser simultaneamente verdadeiros: **i) existem direitos intelectuais em muitas sociedades tradicionais: isso diz respeito a cultura; ii) existe um projeto político que considera a possibilidade de colocar o conhecimento tradicional em domínio público (payant): isso diz respeito a "cultura"**. O que pode parecer um jogo de palavras e uma contradição e na verdade uma consequência da reflexividade que mencionei. (CARNEIRO DA CUNHA, 2009. p.358, grifo meu).

A autora, no debate sobre a utilização dos conhecimentos tradicionais de comunidades indígenas da Amazônia e outras regiões, por meio dos direitos intelectuais de propriedade dos estados nacionais, buscou criar a categoria analítica de “cultura”. A utilização de cultura com aspas busca demonstrar como uma determinada palavra do vocabulário antropológico acaba por ser levada para os povos das regiões periféricas e sendo utilizado pelos mesmos como uma metacultura no sentido de serem usados como uma forma de legitimação em disputas políticas por terras ou, como no debate do texto, pelos direitos à propriedade intelectual dos saberes tradicionais. Essa “cultura” sendo apropriada então pelos “nativos” acaba por ser utilizada como uma arma de resistência.

Tendo observado essa explicação de “cultura”, como a autora pensará o principal fator que buscará separar a “cultura” da cultura sem aspas? Carneiro da Cunha demonstra que esse fator se encontra na reflexividade e os efeitos decorrentes dela (mais a frente voltaremos a esse fator numa problemática costumeira das lutas identitárias). A partir da reflexividade então que dentro da linguagem que se é possível, como nos diz Carneiro da Cunha (2009, p.358), “utilizar “cultura” entre aspas quando nos referirmos àquilo que é dito acerca da cultura. No sentido visto até aqui, o conceito de cultura tradicional continuará a ser fundamental para o estudo da antropologia, pois sua definição e discussão sobre o conceito segue as linhas da disciplina para o aprofundamento dessa discussão (Geertz, 2008; Sahlins,2003; Wagner,2010).

Voltando aos movimentos identitários, observamos uma questão parecida com a problemática enfrentada por Carneiro da Cunha. Nesses movimentos, se têm uma utilização da “identidade” como ferramenta política, assim como a “cultura” foi/está sendo utilizada, em busca da realização de demandas específicas de determinados grupos identitários. Mas o problema que decorre desses movimentos é exatamente a impressão passada pela aceção

---

<sup>4</sup> A autoria consciente evita a utilização da palavra *conceito* por seu grande peso epistemológico dentro do saber antropológico como nos diz Carneiro da Cunha (2009, p.312).

“movimentos identitários”, que possibilita pensar que nesses movimentos existem apenas as “identidades” como uma construção social e que fora deles as identidades seriam pensadas como naturalizadas e essenciais.

Em vias de exemplificação, podemos pensar duas questões: a primeira seria a ideia de um homem, branco e heterossexual não participar de nenhum dos tradicionais movimentos identitários, deixando a impressão da existência de uma não-identidade, quando o que deveríamos pensar é sobre uma não “identidade” com aspas, no sentido de ferramenta política pelo reconhecimento, tendo em vista o já reconhecimento dessas categorias (homem, branco, heterossexual) em nossa sociedade.

Numa segunda questão, podemos pensar no que as lutas identitárias chamam hoje de lugar de fala<sup>5</sup>. Na ideia desse conceito, os movimentos buscam que a identidade e a “identidade” sejam correspondentes para que dessa forma se tenha legitimidade para se falar politicamente sobre determinadas pautas identitárias. Teríamos também, quando em dissonância, um encontro da identidade sem aspas com a “identidade”, pois dentro nesse conceito está em questão o que agentes podem falar a respeito das questões de “identidade”, sempre partindo de sua identidade em si.

Tendo isso em mente, esse artigo busca criar como categoria analítica uma separação semelhante à de Carneiro da Cunha, só que no tocante às questões identitárias: pensaremos a partir daqui, então, em uma identidade sem aspas e uma “identidade”<sup>6</sup>. Esse movimento é importante devido à especificidade político-metodológica de se analisar masculinidades em uma pesquisa de gênero, isso se encontra no sentido da problemática da alteridade dentro da antropologia como um todo. Na próxima seção, faremos algumas considerações sobre os estudos de gênero na antropologia, bem como sua separação da sexualidade e a ascensão dos estudos sobre masculinidades.

### **Antropologia, sexualidade e gênero: onde estão as masculinidades?**

Aqui, busca-se traçar três marcos nos estudos de gênero e sexualidade na antropologia e ao final procuramos fazer uma pequena revisão dos estudos de masculinidade dentro desse contexto. Dois destes marcos, nos estudos de gênero e sexualidade, se estabelecem a partir dos trabalhos de duas autoras norte-americanas, Gayle Rubin e a Carol Vance, e uma autora

---

<sup>5</sup>Para uma referência da história do conceito de “Lugar de Fala”. Disponível em: <<https://esquerdaonline.com.br/2017/01/08/sobre-o-lugar-de-fala/>> Acesso em: 16 dez. 2017.

<sup>6</sup> Em forma de simplificar, se para o leitor ainda não ficou clara a separação, é pensarmos a categoria homicídio e feminicídio, o primeiro ignora as questões de identidade, logo seria pensar a identidade sem aspas. Enquanto o segundo, o feminicídio, coloca a categoria gênero em evidência, sendo então a “identidade” pensada com aspas, quando ela não é ignorada, mas sim marcada e utilizada como ferramenta de sentido.

brasileira, Lia Zanotta Machado. Gayle Rubin promove uma reflexão sobre a questão da sexualidade e do gênero, bem como das limitações do movimento feminista; Carol Vance apresenta a trajetória da produção da antropologia sobre sexo e gênero, bem como as linhas teóricas que estão em discussão; por último, temos a chegada, no Brasil, dos estudos de gênero e sua inserção no cenário intelectual brasileiro.

O ensaio de Rubin foi apresentado em 1984<sup>7</sup>, durante o que hoje chamamos de guerras sexuais feministas<sup>8</sup>, elas foram uma série de debates dentro do movimento feminista sobre pornografia, sadomasoquismo e prostituição, que foi considerado um dos momentos de nascimento da terceira onda<sup>9</sup> do feminismo e um momento de grande polarização ideológica dentro do movimento. Um dos pontos principais do texto de Rubin (2003) será a crítica de como a sexualidade tem se dado apenas, até aquele momento, por meio de debates entre as áreas de psicologia e biologia deixando de lado a questão cultural, o que dessa forma acabou por criar nas sociedades ocidentais uma hierarquia valorativa das práticas e dos sentidos de expressão da sexualidade.

Nesse ensaio, a parte que nos será interessante é a que a autora focará sobre os limites do feminismo. Ele - como será visto mais a frente - é de fundamental importância para o início dos estudos de masculinidades dentro do que viria a ser chamado de estudos de gênero. Ao final dessa parte, Rubin (2003) argumentará que o feminismo é uma teoria da opressão de gênero, não podendo assim se assumir, como um lugar ideal para uma teoria da opressão sexual, dessa maneira seria uma falha a junção entre gênero e desejo erótico como forma de compreensão dos dois fenômenos.

Voltando assim a um antigo ensaio, “O Tráfico de Mulheres”, de 1975, Rubin critica o seu próprio conceito de sistema sexo/gênero, em que ela o entendia como uma “série de arranjos através dos quais a sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana” (Rubin, 1993, p.2). Com isso, a autora tratava, neste ensaio mais antigo, gênero e sexualidade como ambas modalidades de um mesmo processo social. Já no ensaio

---

<sup>7</sup> Todos os anos de referência são os anos da primeira publicação do texto em língua inglesa, enquanto as versões que utilizo e estão referenciadas são de anos depois das traduções em português.

<sup>8</sup> Para mais informações sobre as guerras sexuais e os debates. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Guerras\\_sexuais\\_feministas](https://pt.wikipedia.org/wiki/Guerras_sexuais_feministas)> Acesso em: 16 dez. 2017.

<sup>9</sup> As Ondas feministas são entendidas como as gerações dos projetos feministas, muitas vezes controversas em nível teórico e prático. O termo ondas é elucidativo enquanto um projeto que ainda não se completou, em dois sentidos. O primeiro corresponde a um parâmetro cronológico ou de gerações e o segundo liga-se às sucessivas construções teórico-temáticas. Disponível em: < <https://revistacult.uol.com.br/home/entenda-o-feminismo-e-suas-ondas/>> Acesso em: 16 dez. 2017.

de 1984, a própria Rubin reconhece as limitações e problemáticas de se trabalhar gênero e sexualidade dentro de um mesmo quadro. Ela conclui:

[...] o gênero afeta a operação do sistema sexual e o sistema sexual já teve manifestações específicas do gênero. Mas apesar do sexo e do gênero serem relacionados, não são a mesma coisa, e eles formam a base de duas arenas distintas da prática social. **Em contraste à minha perspectiva em “O Tráfico de Mulheres”, estou agora argumentando que é essencial separar analiticamente o gênero da sexualidade para refletir com mais precisão a separação social existente.** Isso vai contra o alicerce de muitos pensamentos feministas contemporâneos, que tratam a sexualidade como uma derivação do gênero. (RUBIN, 2003. p.42, grifo meu).

Com isso, a autora procura combater a visão de autoras como Catherine MacKinnon, que buscavam tornar a sexualidade como fundamental para o movimento feminista em sua estrutura, de maneira em que a sexualidade deveria ser vista a partir das relações generificadas presentes na sociedade. Algo que Rubin (1993, p.43) demonstra em forma de analogia, aproximando do que os pensadores marxistas estavam tentando fazer, ao utilizar o marxismo como o único sistema capaz de explicar todas as desigualdades sociais.

No presente artigo, não acreditamos que se pode dar uma ênfase única a nenhum dos diversos marcadores sociais da diferença<sup>10</sup> como solução ou ferramenta de análise em nenhum contexto social específico. Enaltecer marcadores como classe (no estilo marxista) ou gênero (em alguns feminismos) seria uma simplificação da complexidade cultural das realidades sociais com um cunho político que estaria ignorando diversos outros marcadores importantes como geração, escolaridade, gênero, raça, entre outros.

Carol Vance, a seu turno, em uma pesquisa apresentada no encontro anual da *American Anthropological Association* em 1988, intitulada “*A Antropologia Redescobre a sexualidade: Um Comentário Teórico*”, busca fazer um apanhado histórico percorrendo os primeiros trabalhos de antropologia para entender melhor e descrever o estudo da sexualidade e do gênero no correr de formação e consolidação da disciplina. Influenciada – também como Rubin - pelo debate da terceira onda feminista, busca um discurso mais cultural e não essencialista sobre a sexualidade e o gênero. Vance, assim reflete:

[...], a sexualidade e o gênero eram fenômenos analiticamente distintos que **requeriam estruturas explicativas próprias**, mesmo que fossem inter-relacionados em circunstâncias históricas específicas. As **teorias da sexualidade não podiam explicar o gênero**, e levando a argumentação para um novo patamar, **as teorias do gênero não podiam explicar a sexualidade**. Esta

---

<sup>10</sup> Para maior aprofundamento das questões de marcadores sociais da diferença ver (Zamboni, 2014) e para a utilização deles com maestria ver o trabalho sobre prostituição internacional de (Piscitelli,2008; Piscitelli,2013)

perspectiva sugeriu uma nova estrutura: a sexualidade e o gênero são sistemas distintos entrelaçados em muitos pontos. (VANCE, 1995. p.12, grifo meu).

Nessa citação, a autora se coloca no que ela chama em seu próprio texto de *construcionismo moderado*, a mesma abordagem que utilizaremos aqui quando tratarmos dos estudos de masculinidade. Apesar de existir um debate dentro do próprio construcionismo a respeito de suas diferenciações, de um mais moderado a um mais radical. Sendo a primeira a compreensão tradicional e essencialista que entende tanto o sexo como o gênero como dados naturais, as vezes por meio de argumentos biológicos, outras por ideias vindas no início da psicologia num sentido próximo ao freudiano<sup>11</sup> e o terceiro modelo de influência cultural.

Nos modelos de influência cultural da sexualidade, que foram os convencionais nas abordagens antropológicas entre os anos de 1920 até 1990, segundo a autora, “a sexualidade é vista como material básico – uma espécie de massa de modelar – sobre o qual a cultura trabalha, uma categoria naturalizada que permanece fechada à investigação e à análise” (Vance, 1995, p.18). Com isso, Vance parece indicar que esse modelo fosse um movimento em direção ao que viria a ser o construcionismo na medida em que nele já se pensa a cultura com certa variabilidade, ainda que entendida com certos limites.

O modelo de influência cultural da sexualidade se torna interessante para esse artigo, na medida em que ele se mostra presente tanto no início dos estudos de masculinidades como atualmente em algumas correntes da psicologia, pois nessa tradição gênero é pensado ainda conectado com a sexualidade e com isso se utiliza muito a categoria “papéis sexuais”. Eles aceitam uma variabilidade nas possíveis formas de masculinidades, mas ainda se tem uma ideia de uma virilidade do sexo masculino. Vance nos diz que “essa perspectiva teórica aceita, sem questionar a existência de categorias universais como heterossexual, homossexual, sexualidade masculina e feminina, e pulsão sexual.” (Vance, 1995, p.21).

Estes debates chegam ao Brasil. Eles chegam aqui influenciados por algumas destas visões que discutimos até agora. Na década de 1990, Lia Zanotta Machado, entre outras pesquisadoras, busca pensar os estudos de gênero como um novo paradigma no campo intelectual brasileiro. Seu artigo *Gênero, um novo paradigma?* publicado em 1998 nos Cadernos Pagu, já questionava a utilização do conceito de gênero como sinônimo do campo de estudos de mulheres, com isso a autora comenta

---

<sup>11</sup> Apesar do avanço das teorias freudianas sobre a sexualidade e até o próprio gênero, hoje se tem mais em mente as críticas a respeito de seu, ainda persistente no período da criação da psicanálise, naturalismo preso às questões biológicas da sexualidade humana. Para uma maior compreensão ver Laqueur (2001).

[...] quando propusemos que a área de “estudos de mulheres” fosse substituída e suplantada pelos estudos das relações de gênero. Os estudos de mulheres tratavam especificamente de retirar as mulheres da situação de relativa invisibilidade **pelo encompassamento da ideia de “homens” como se “neutros” fossem em relação ao sexo**, da relativa invisibilidade pela sua inserção privilegiada na história privada e pela sua quase exclusiva visibilidade enquanto exercendo funções complementares ao sexo masculino. (MACHADO, 1998. p.110, grifo meu).<sup>12</sup>

Para Machado (1998), as análises de gênero se classificavam como novo paradigma devido primeiro à ruptura radical entre a noção biológica de sexo e a noção social de gênero que estava surgindo. Em segundo lugar, pelo privilégio metodológico das relações de gênero sobre qualquer substancialidade das categorias já tradicionais de mulher e homem ou de feminino e masculino e, por último, pela transversalidade do gênero perpassando as mais diferentes áreas da cultura. Com isso, a autora conclui que “qualquer noção de feminino e de masculino se tornou contestável. O consenso foi o de que não há consenso sobre qualquer natureza do feminino e do masculino” (1998, p.110).

A partir desses três olhares, percebemos uma falta de foco sobre a questão específica dos estudos sobre masculinidades. Como Karen Giffin ira nos mostrar, “mesmo durante os primeiros anos do ressurgimento do feminismo nos anos 60 e do início dos ‘estudos das mulheres’, antes do desenvolvimento do conceito de gênero, havia homens interessados em participar da reflexão sobre essas questões” (2005, p. 48).

Antes mesmo dos textos de Rubin e Vance vistos aqui, já havia grupos de discussões e estudo das masculinidades, sendo eles influenciados por duas vertentes: uma diretamente ligada aos questionamentos do movimento feminista sobre a construção do gênero feminino e outra de estudos autônomos que não reconheciam no feminismo uma teoria fundadora (Matos,2001).

A partir das décadas de 70 e 80, paralelo ao avanço das guerras sexuais nos debates feministas, houve uma expansão na academia norte-americana dos “*men’s studies*”<sup>13</sup>. Nesse momento, surgiram autores considerados fundadores do campo nos Estados Unidos, como Michael Kaufman e sua argumentação sobre a “tríade de violência” – dos homens contra as mulheres, contra outros homens e contra si mesmo; a obra de Michel Kimmel com uma análise histórica das imagens da masculinidade nos Estados Unidos; e também Raewyn

---

<sup>12</sup>Nessa citação podemos observar como a categoria analítica apresentada anteriormente seria pensada como uma identidade sem aspas com o que a autora quis dizer sobre os homens serem “neutros” em relação ao sexo.

<sup>13</sup> A autora francesa, Elisabeth Badinter, teoriza sobre o porquê de o surgimento do campo de estudos sobre masculinidades ter surgido nos estados unidos, ver em (Bandinter,1993, p.7)

Connel (na época Robert Connel), um dos teóricos mais conhecidos dessa geração, com sua argumentação em *Gênero e Poder* (1987), uma primeira teorização do conceito de masculinidade hegemônica, ainda utilizado atualmente apesar de críticas quanto à sua capacidade analítica (Matos,2001).

Muitos desses estudos sobre masculinidades já surgem na esteira das perspectivas construtivistas. Logo, o conceito de masculinidade hegemônica já se encontra no terreno das interseccionalidades, ao discutir toda uma variedade de masculinidades a partir de questões de classe, raça, geração, expressão sexual e outros marcadores sociais da diferença (Giffin, 2005).

A expansão dos estudos sobre masculinidades se inicia nos anos 90 e 2000 com muitos autores de diversas áreas pensando a questão do gênero masculino. Influenciando o trabalho no Brasil, a filósofa e historiadora francesa Elisabeth Badinter, escreve o livro “*Sobre a identidade masculina*”, publicado em no Brasil em 1993. Pensando a partir de diversas áreas do conhecimento sobre a questão da masculinidade, também temos o sociólogo Pierre Bourdieu, que publica seu livro “*A dominação Masculina*”. Este texto que chega ao Brasil em 1999. Apesar de uma perspectiva mais estruturalista, ele possui grande influência nos estudos de masculinidade no país.

Sobre a produção nacional, temos na área de sociologia o trabalho de Pedro Paulo Martins de Oliveira “*A construção social da Masculinidade*” (2004) que faz um apanhado histórico da área, assim como os diversos discursos dentro do campo das masculinidades. No Nordeste, mais precisamente em Recife, em 1997 ocorre a fundação do Instituto Papai, que, com uma visão mais ligada às áreas da saúde e psicologia, irá pensar e estudar diversas questões sobre masculinidades, sobretudo, mas não apenas, a partir das investigações de Jorge Lyra e Benedito Medrado.

Nesse breve resumo, buscamos apontar as principais obras a partir dos anos 70 que vêm influenciando uma parcela dos estudos sobre masculinidades no exterior e no Brasil. Existe, pois uma falta, em língua portuguesa, de estudos mais amplo sobre essa história dos estudos sobre masculinidades como um todo.

### **Masculinidade Criminosa e Violência Masculino**

Após a exposição de uma metodologia para entender a identidade masculina e uma revisão de alguns estudos de masculinidades e da separação teórica entre a categoria de

gênero e sexualidade, busca-se agora, a partir das primeiras idas no Instituto penal de Campo Grande, pensar em forma de hipótese a existência de uma possível masculinidade criminosa, bem como crimes que mais poderiam visibilizar a violência masculina.

Para propósito de análise, os crimes aqui só serão pensados em seu caso de acordo com Código Penal Brasileiro. De acordo com o artigo. 14, o crime deve ser consumado com artigo. 18 apenas levaremos em consideração o crime doloso (quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo) e que não estejam nas categorias dos artigos 24 e 25, que constituem respectivamente estado de necessidade da pessoa que cometeu o crime e quando o crime for cometido em legítima defesa.

Essa hipótese de uma masculinidade criminosa, surge a partir de meu trabalho de campo no Instituto Penal de Campo Grande (IPGC). Durante a pesquisa, foi possível a realização de observações do dia-a-dia dos detentos da unidade penal em seus respectivos solários<sup>14</sup>. A partir das observações, houve a cogitação de uma masculinidade diferente das que o eu costumava estar próximo em meu cotidiano, seja a partir dos códigos corporais, das vestimentas, ou de comportamentos. Como Dominique Kalifa nos diz,

**É primeiro pela aparência e pela força física que se reconhece o homem. Em um sistema de relações interpessoais dominado pela violência física, força potência e musculo constituem atributos maiores. Um homem é, em primeiro lugar, um “forte”, um “braçudo”, um “parrudo”, um musculoso como testemunham os numerosos pseudônimos forjados sobre tais competências. (KALIFA, 2013.p. 304, grifo meu).**

Algo que ficava evidente nas visitas no IPCG era essa demonstração dos corpos, pois os homens no geral sempre andam sem camisas dentro de seus respectivos solários, praticando algum exercício físico ou apenas conversando em rodas. Parece-me relevante a questão do corpo dos detentos para pensar uma masculinidade criminosa. Em outros espaços, como na universidade, em cursos de uma frequência majoritariamente masculina não se costuma ver tanta exposição da força e músculos como se existe no presídio. Essa questão também se repete entre os jovens infratores que, como nos diz Machado “apontam a articulação entre masculinidade e a encenação ritualizada do poder e do controle, para se inscrever continuamente como aparição espetacular...” (2001, p.2). O poder e o controle estariam, nesse caso, muito perto das questões do corpo e da violência por meio da coação dos demais sujeitos.

---

<sup>14</sup> Solários no contexto do IPCG são os lugares, rodeados pelas celas dos detentos, onde existe uma abertura no teto para que se realize os banhos de sol, sendo permitido aos detentos, dependendo das circunstâncias a permanecerem lá até as 16hrs

Diferentemente do que podemos pensar sobre a masculinidade hegemônica ocidental do século XXI, em que as sociedades já se encontram afastadas de certa forma dos atos violentos e poderia ser chamada de sociedades “pacificadas”<sup>15</sup>, e a violência física não é mais utilizada como forma direta de conseguir status. A impressão que fica da masculinidade criminosa é a do modelo de Elias, isto é, o uso legítimo da violência como forma de solução de conflitos, como veremos mais à frente, nas questões de violência masculina.

Outro fator que despertou minha curiosidade sobre a possível existência de uma masculinidade especificamente criminosa está no caráter de uma moralidade, que poderíamos chamar de uma “moralidade viril”. Apesar da ideia, preconceituosa, que existe na sociedade de que os criminosos não possuem regras e apenas as desobedecem, não foi isso o observado durante o trabalho de campo. Destaco aqui o caráter viril de uma moralidade dos criminosos, exatamente porque ela parece estar atrelada ao fator essencial de ser apenas entre os “homens de verdade”. Ela seria um código moral generificado, que vale apenas entre os próprios homens do grupo.

Os dois princípios que parecem fundamentar essa moral é o da lealdade e o desprezo às outras categorias de homens, bem como às mulheres. No primeiro caso, temos a questão da lealdade com “manter a palavra”. Para ser um “homem” se deve cumprir sua palavra e a questão de jamais “entregar” ou “denunciar” outro companheiro homem do grupo. Enquanto a questão do desprezo funciona como uma espécie de parceria entre os homens que desqualifica permanentemente o feminino e os homens subalternizados (aqui podemos pensar os homens homossexuais passivos e afeminados, assim como homens que denunciam os companheiros do grupo), que devem sofrer supostamente a potência e a força do “homem verdadeiro”, sendo tratados como de segunda classe.

Nesse momento, gostaria de dedicar atenção à violência praticada entre homens. Fazemos esse movimento, pois quando buscamos os números de violência no campo das masculinidades, encontraremos números alarmantes. Tais números dizem respeito a todas as esferas de violência. Em um universo em que os homens representam 49,35%<sup>16</sup> da população brasileira (50,11% no estado do Mato Grosso do Sul), eles apresentam 94,4% da média nacional de homicídios por arma de fogo (Mapa da Violência Homicídio por armas de fogo no Brasil, 2016), 93% dos homicídios de adolescentes de 16 e 17 anos (Mapa da Violência

---

<sup>15</sup> Refiro-me à noção de “pacificação” presente no “processo civilizador” da cultura ocidental, segundo Norbert Elias (1990).

<sup>16</sup> IBGE 2017, Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação.

Adolescentes de 16 e 17 anos no Brasil, 2015), e 82,3% Óbitos no trânsito segundo sexo das vítimas (Mapa da Violência Acidentes de Trânsito e Motocicletas no Brasil, 2013).

Em todos os estados da federação e em diversos tipos de violência (arma de fogo, trânsito e na juventude), a predominância do gênero masculino é exacerbada, sobretudo ao aproximar este dado do percentual da população masculina do país. O mesmo fenômeno já era visto na questão de homicídio dos anos 90 pela pesquisadora Lia Zanotta Machado em sua pesquisa intitulada *Matar e Morrer no feminino e masculino*, em que ela nos diz: “a nítida diferenciação por sexo já nos aponta que as relações dos gêneros com a violência são construídas diferentemente. **Mata-se e morre-se mais no masculino. No feminino: morre se um pouco menos: e mata-se muitíssimo menos** (Machado,1998, pg.4 e 5, marcação pela autora).

Junto a esses dados, e utilizando os critérios apresentados no artigo de José Remon, intitulado *Masculinidade e violência: formação da identidade masculina e compreensão da violência praticada pelo homem*, em que o autor separa as formas de violência que possuiriam um caráter de “naturalização” com o gênero masculino, sendo elas “a vingança, prestígio, honra e coragem” (Silva, 2014). Assim buscaremos pensar cada um dos atos de violência com suas possíveis influências generificadas nesse momento final do artigo.

O primeiro ato a ser pensando é a questão da vingança, entendida aqui como um agir diretamente contra uma pessoa, grupo ou entes a eles relacionados com a finalidade de retribuir, geralmente em grau mais elevado, algo que foi percebido como sendo prejudicial a si mesmo. Poderíamos pensar como uma forma pré-civilizatória de resolução de conflitos, se relacionando com o gênero masculino na medida em que o ideal de “homem” não poderia admitir, sem resposta imediata e na forma de uma lição como maneira de se impor sua autoridade, qualquer ação que compreenda como prejuízo. Nesse sentido deixar uma ofensa, mesmo que banal, passar seria algo visto como desmasculinizante em sua condição de homem.

O segundo ato que pensamos aqui se dá na questão do prestígio, definido por determinados padrões de comportamentos que se espera de um homem hegemônico. O seu não cumprimento pode ser visto pelo agente como uma estima inferior e sua redução de status de homem. Dessa forma, parece que o prestígio masculino se compõe como uma personalidade autoritária e já pré-disposta à violência. Para um homem manter o prestígio se

entende que ele deve exercer um certo regime de autoridade entre os homens considerados subalternos e os demais sujeitos.

No terceiro ato, pensamos na questão da honra, entendida como um sentimento interno de dignidade que se reflete em empenho constante na manutenção de sua reputação pessoal. O homem honrado não pode permitir que maculem sua moral, agindo enfaticamente ou violentamente contra o que quer que entenda que manche sua dignidade. Agir com violência nesse caso poderia ser visto como legítimo dentro de um sistema de moralidade fora do código penal brasileiro institucionalizado.

Nesse quarto e último ato, que diz respeito à coragem, temos uma diferenciação, pois muito do que se atribui a atos de coragem tendem a causar mais danos ao próprio homem, que o pratica, do que a outros homens. Dessa maneira, esse ato seria uma atitude baseada na expectativa generificada do que faz um “homem de verdade”, dessa forma a coragem nesse sentido se manifesta como uma imprudência e arrogância, fazendo com que os homens, como nos diz Silva “se exponham deliberadamente a situações de risco, renunciando a qualquer prudência e propósito em suas ações” (2014, p.2813). Nos quatro atos observados acima se pensa na existência de uma questão de uma masculinidade construída a partir de atos violentos, que busca dessa forma corresponder esses determinados atos com a construção da masculinidade dos indivíduos praticantes

### **Conclusões finais**

Ao longo artigo, procuramos ressaltar a ideia de uma identidade não pensada e da “identidade” politizada a partir da separação entre cultura com aspas e cultura sem aspas proposta por Manuela Carneiro da Cunha, assim como vimos o momento em que Gayle Rubin busca quebrar a sua ideia anterior de analisar sexo/gênero como um conjunto sistêmico, procurando fazer uma análise de cada uma dessas categorias separadamente. Observamos o trabalho de Carol Vance em pensar o campo do atual construcionismo social assim como suas críticas a tradições anteriores sobre sexualidade e gênero dentro da antropologia, foi constatado também a chegada do gênero como um campo paradigmático no meio intelectual brasileiro na visão de Lia Zanotta. Se pensou no surgimento do campo de estudos das masculinidades nos estados unidos no mesmo período em que se formava as discussões do feminismo de segunda com a terceira onda, e por fim se pensou na possibilidade da existência de categorias ligadas ao estudo de gênero das masculinidades junto com o campo de prisão e violência. Nesse sentido, o artigo persegue a ideia da constituição de uma “violência

masculina” enquanto parte da identidade, que os interlocutores buscam visibilizar, a partir de uma narrativa que tem como parte central uma “masculinidade criminosa”, capaz de tornarem-se inteligíveis como homens.

Procurou-se, neste artigo, apresentar uma curta discussão metodológica sobre a questão da identidade masculina, uma breve revisão teórica da área do gênero e sexualidade dentro do contexto mais amplo da antropologia e por fim, em forma de hipótese, pensar duas categorias, sendo elas masculinidade criminosa e violência masculina dentro do Instituto Penal de Campo Grande. Muitas das questões que se colocam dentro desse texto se encontram num conjunto de ideias maiores que planejamos futuramente estarem sendo discutidas na dissertação do pesquisador intitulada, atualmente, “*Os discursos dos detentos sobre a relação entre masculinidades e violência no Instituto Penal de Campo Grande*”, nela toda discussão presente no artigo será expandida após a utilização das realidades observadas e percebidas dentro do campo proposto.

#### Referências

- BADINTER, Elisabeth. *Sobre a identidade Masculina*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.1993.
- BOSCO, Francisco. *A Vítima tem sempre Razão?*. 1ª ed., Rio de Janeiro, Todavia Livros, 2017.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação Masculina*. 9.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, 160p.
- BRAH, Avtar. *Diferença, diversidade, diferenciação*. Cad. Pagu [online]. 2006, n.26, pp.329-376. ISSN 1809-4449.
- BRASIL. *Código penal e Constituição Federal (1988)*. 45. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. 638 p.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Cosac e Naify, 2009.
- CONNEL, R.W. *Gender and power: society, the person and sexual politics*. Stanford University Press, Stanford, 1987.
- CORBIN, Alain; COURTINE, Jean Jacques; VIGARELLO, George (Org.). História da Virilidade: 3.A Virilidade em Crise? Séculos XX-XXI. In: KALIFA, Dominique. *Virilidades Criminosas?* Petrópolis: Editora Vozes, 2013.p.302-331.
- ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. - 1.ed., IS.reimpr. - Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GIFFIN, Karen. *A Inserção dos homens nos estudos de gênero: Contribuições de um sujeito histórica*. Ciência & Saúde Coletiva, rio de janeiro, v. 10, n.1, p. 47-58, 2005.
- HALL, Stuart. *Quem precisa de identidade?*. In: SILVA, Tomaz (Org.). *Identidade e diferença – A perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000, 133p.
- KAUFMAN, M. (ed.). *Beyond patriarchy: essays by men on pleasure, power, and change*. Oxford University Press, Toronto-Nova York, 1987.
- KIMMEL, M.S. *The cult of masculinity: American social character and the legacy of the cowboy*, pp. 235-249. In M Kaufman (ed.). *Beyond patriarchy: essays by men on pleasure, power, and change*. Oxford University Press, Toronto-Nova York, 1987.

- LAQUEUR, T. *Inventando o sexo: corpo gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- MACHADO, L. Z. *Gênero: Um Novo Paradigma*. Cadernos PAGU, São Paulo, p. 107-125, 1998.
- MACHADO, L. Z. *Masculinidades e Violências. Gênero e Mal-Estar na Sociedade Contemporânea*. Série Antropologia, Brasília, v. 290, p. 1-33, 2001.
- MACHADO, L. Z. *Matar e Morrer No Feminino e No Masculino*. Série Antropologia 239, Brasília-DF, v. 1, p. 1-19, 1998.
- MATOS, Marlise. *Masculinidades: uma discussão conceitual preliminar*. Mulher Gênero e Sociedade, Rio de Janeiro, 2001.
- OLIVEIRA, Pedro Paulo Martins de. *A Construção Social da Masculinidade*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004. 347p.
- PISCITELLI, A. G. *Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras*. Sociedade e Cultura (Online), v. 11, p. 13, 2008.
- PISCITELLI, A. G. *Trânsitos: brasileiras nos mercados transnacionais do sexo*. 1. ed. Rio de Janeiro: EDUERJ/Garamondo/CLAM, 2013. v. 1. 276p.
- RUBIN, Gayle. *O Tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo*. Recife, SOS Corpo, 1993.
- RUBIN, Gayle. *Pensando sobre sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade*. Cadernos Pagu, Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, n. 21, p. 1-88, 2003.
- SAHLINS, Marshall. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- SILVA, J. R. T. *Masculinidade e violência: formação da identidade masculina e compreensão da violência praticada pelo homem*. Apresentado no evento 18º Redor, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife – PE, 2014.
- WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. São Paulo, Cosac Naify, 2010.
- WASELFIZS, J. J. Mapas da violência 2013. *Acidentes de Trânsito e Motocicletas*. Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_. Mapas da violência 2013. *Homicídios e Juventude no Brasil*. Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_. Mapas da violência 2016. *Homicídio por armas de fogo no Brasil*. Rio de Janeiro.
- ZAMBONI, Marcio. *Marcadores Sociais da Diferença. Sociologia: grandes temas do conhecimento (Especial Desigualdades)*, São Paulo, v. 1, p. 14 - 18, 01 ago. 2014.
- VANCE, Carole S. *A antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico*. *Physis* [online]. 1995, vol.5, n.1, pp.7-32. ISSN 1809-4481. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73311995000100001>.